



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 Aos 21 dias do mês de setembro do ano de 2010, no horário das 14h, na sala de reuniões  
2 do 5º andar da Unidade Catequese da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à  
3 Rua Catequese, 242, Centro, Santo André, realizou-se a III sessão ordinária do  
4 Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano em curso, previamente convocada  
5 e presidida pelo professor Gustavo Martini Dalpian, vice-reitor, com a presença dos  
6 seguintes Conselheiros: Adalberto Fazzio, representante da comunidade civil; Alberto  
7 Alves de Souza, substituto eventual da pró-reitora de planejamento e desenvolvimento  
8 institucional; Anna Carolina Pires Fournier, representante discente da pós-graduação;  
9 Armando Caputi, representante docente do Centro de Matemática, Computação e  
10 Cognição (CMCC); Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, diretor do Centro de Ciências  
11 Naturais e Humanas (CCNH); Carlos Alberto Kamienski, pró-reitor de pós-graduação;  
12 Derval Rosa, pró-reitor de graduação; Eric Ferreira Diniz, representante discente da  
13 graduação; Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, representante dos servidores técnico-  
14 administrativos; Herculano da Silva Martinho, substituto eventual do pró-reitor de  
15 pesquisa; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; James Moraes de Almeida,  
16 representante discente da pós-graduação; Jesus Franklin Andrade Romero e Luiz de  
17 Siqueira Martins Filho, representantes docentes do Centro de Engenharia, Modelagem e  
18 Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Marcos Joel Rúbia, pró-reitor de administração;  
19 Plínio Zornoff Táboas, pró-reitor de extensão; Ricardo Luis Patroni, representante dos  
20 servidores técnico-administrativos; Tales Gouveia Fernandes, representante suplente  
21 discente da graduação; Valdecir Marvulle, diretor do CMCC. Ausentes: Gilberto  
22 Martins, diretor do CECS; Marcela Sorelli Carneiro Ramos e Marcos Roberto da Silva  
23 Tavares, representantes docentes do CCNH; Rafael Marques da Silva Junior,  
24 representantes da comunidade civil. Não-votantes: Cristiane Otero Reis Salum,  
25 professora convidada; Eloísa Helena da Silva Quitério, secretária geral; Gisele Ducati,  
26 professora convidada. Apoio administrativo: Fabiane de Oliveira Alves, Marcela dos  
27 Santos e Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo, assistentes em administração da  
28 Secretaria Geral. Havendo quórum legal, o vice-reitor, após cumprimentar os presentes,  
29 abre a sessão. **Comunicados do Reitor**: 1) Professor Dalpian informa que a sessão será  
30 presidida por ele, tendo em vista que o reitor, professor Helio Waldman, foi convocado  
31 para uma reunião com o Ministro da Educação, em Brasília; 2) dá as boas vindas ao  
32 novo representante externo do ConsUni, professor Adalberto Fazzio; 3) comunica a  
33 filiação da UFABC, desde o dia 10 de agosto de 2010, ao Conselho de Reitores das  
34 Universidades Brasileiras (CRUB); 4) comunica que foram aprovados, *ad referendum*,  
35 devido ao curto prazo dos Editais, 4 projetos que aguardam aprovação da Financiadora  
36 de Estudos e Projetos (FINEP): projeto CTInfra, institucional, gerenciado pela Pró-  
37 Reitoria de Pesquisa, denominado ‘Consolidação da Pesquisa em Nanociências,  
38 Polímeros, Petróleo e Simulação Computacional na UFABC’, sob coordenação do  
39 professor Alexandre Reily Rocha, do CCNH; ‘Modelagem Integrada da Rede de  
40 Cabotagem a Terminais Intermodais Rápidos’ e ‘Desenvolvimento de Produtos com  
41 Inovação – engenharia da construção naval aplicada nos estaleiros do Brasil para gerar  
42 novos negócios’, ambos referentes ao Edital ‘Construção Naval e Transporte  
43 Aquaviário’, apresentados por iniciativa do professor Delmo Alves de Moura, do  
44 CECS, mas que exigiram assinatura do reitor; ‘SIL3LAB – Desenvolvimento e



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 Implementação de Laboratórios de Ensaio SIS-SIL, Nível 3, usando tecnologia  
2 Fieldbus aplicada a Refinarias referente à Chamada Pública MCT/FINEP/AT-  
3 Infraestrutura do "Pré-Sal", coordenado pelo professor Nunzio Marco Torrisi, do  
4 CECS; 5) comunica que na última reunião da Andifes, ocorrida nos dias 1º e 2 de  
5 setembro, os reitores presentes tomaram conhecimento acerca da proposta de  
6 Estruturação do Plano de Carreira e Cargo de Magistério Superior Federal. Tal  
7 encaminhamento do Ministério da Educação (MEC) objetivou solicitar que eventuais  
8 sugestões fossem enviadas no prazo de 15 dias. As sugestões encaminhadas serão  
9 sistematizadas e organizadas pela Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD) da  
10 UFABC para posteriores discussões; 6) quanto ao esclarecimento do concurso para  
11 contratação de servidores Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE), realizado em 13  
12 de junho de 2010, na UFABC, referente ao Edital 55 de 2010, informa que está sob  
13 análise da Procuradoria Jurídica. Acrescenta que o referido concurso ainda encontra-se  
14 dentro dos prazos estabelecidos por lei. No momento, não é permitida sua homologação,  
15 tendo em vista o período eleitoral. Professor Marvulle questiona o motivo de tal  
16 encaminhamento, ao que professor Dalpian esclarece que uma análise mostrou que não  
17 estava clara a forma como o processo estava instruído, por isso, foi enviado à Auditoria  
18 e posteriormente, à Procuradoria Jurídica. Ressalta que, tão logo haja novidades a esse  
19 respeito, esse Conselho será informado. Aos pedidos de esclarecimentos da professora  
20 Itana, informa que a Reitoria consultou a Pró-Reitoria de Planejamento e  
21 Desenvolvimento Institucional (ProPladi) e a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) que  
22 responderam que o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional a peça  
23 orçamentária para 2011 no dia 31 de agosto de 2010 e o mesmo ainda não foi aprovado,  
24 portanto, o orçamento do MEC e, por sua vez, o da UFABC ainda não foram aprovados.  
25 Até o momento, tem-se que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2011 que  
26 disponibiliza à UFABC: R\$ 189.976.461,00 (total); R\$ 58.942.247,00 (pessoal);  
27 R\$ 47.299.783,00 (custeio); R\$ 83.734.431,00 (investimento). Ressalta, ainda, que os  
28 recursos para bolsas de estudo estão inclusos no previsto para custeio, no entanto, ainda  
29 não houve distribuição desses recursos ou definição de quanto será alocado para este  
30 fim. Entretanto, a Reitoria atribuiu alta prioridade a esse item, especialmente, ao que diz  
31 respeito às bolsas de caráter sócio-econômico, tanto que foi criado um Grupo de  
32 Trabalho (GT) para analisar a distribuição desses recursos. Passa a esclarecer os  
33 questionamentos acerca da instalação de catracas para controle de acesso nas  
34 dependências do Bloco B. Informa que o projeto apresentado ao Corpo de Bombeiros  
35 para aprovação e obtenção do Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB  
36 continha todos os dados relativos à segurança, inclusive a instalação das catracas de  
37 controle de acesso. Dessa forma, a UFABC recebeu o AVCB Nº 605339, emitido em 30  
38 de julho de 2008. Informa, ainda, que o projeto de construção do *campus* Santo André  
39 contém todos os dados referentes à instalação das catracas de controle de acesso sem  
40 qualquer restrição. Portanto, ao se aprovar o projeto, aprovou-se, *ipso facto*, a instalação  
41 das catracas. O tema foi tratado pela primeira vez no ConsUni durante os informes da V  
42 sessão ordinária de 2009, quando o professor Caputi solicitou esclarecimentos quanto à  
43 política geral de segurança nos Blocos A e B, pois tomou conhecimento do processo  
44 licitatório da compra e instalação de catracas. Maiores detalhes foram apresentados na II



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 sessão extraordinária de 2010, quando o pró-reitor de administração, Marcos Joel  
2 Rúbia, esclareceu que o sistema de controle de acesso à universidade estava previsto no  
3 projeto original, não somente as catracas que controlam o acesso aos prédios, mas  
4 também as cancelas para controle de veículos. Naquele momento, professor Caputi  
5 opinou que as políticas de segurança e acesso deveriam ser criadas e geridas pela  
6 própria universidade e submetidas a esse Conselho. Professor Dalpian, no entanto,  
7 ressalta que não há, no Estatuto e/ou Regimento Geral da UFABC artigo que atribua tal  
8 competência ao ConsUni. Recorda que professor Waldman prestou esclarecimentos na  
9 edição nº 63, de agosto de 2010 do 'Comunicare', informando: '(...) *o uso de catracas, a*  
10 *fim de compatibilizar o registro das informações com a necessária agilidade do acesso*  
11 *às instalações pelos alunos e servidores da Universidade (...)* [e] *que as informações*  
12 *geradas nas catracas não serão utilizadas para qualquer tipo de controle de frequência*  
13 *ou assiduidade de alunos e servidores da UFABC, tendo por único objetivo garantir a*  
14 *segurança da comunidade acadêmica e do patrimônio da universidade (...)*. Além disso,  
15 o reitor informou: *'que a implantação das catracas gerará significativa economia, pois*  
16 *a UFABC deixará de contratar 18 postos de vigilância que atuariam em diversas áreas*  
17 *do Bloco A e B, o que gerará uma economia anual de 1,2 milhão de reais'*.  
18 **Comunicados dos Conselheiros:** 1) o representante dos servidores técnico-  
19 administrativos, Gustavo Galati, não se sentindo satisfeito com o esclarecimento  
20 prestado pelo presidente da Mesa acerca do concurso para contratação de servidores  
21 TAEs, solicita maiores detalhes, justificando que foi procurado por pessoas que se  
22 sentiram prejudicadas. Recorda que esse concurso foi solicitado com urgência pelo  
23 então pró-reitor de graduação, hoje, reitor, professor Waldman. Ressalta que os TAs  
24 encarregados de organizar o concurso tinham consciência do cronograma das eleições e,  
25 por isso, prepararam tudo de modo a não extrapolar os prazos estabelecidos por lei.  
26 Enfatiza que a declaração de que a não homologação deveu-se apenas a um retardo  
27 administrativo e a promessa, por parte da Reitoria, de que o concurso será homologado  
28 tão logo seja possível, o deixaria tranquilizado e a todos os TAs envolvidos.  
29 Relembrando o que foi dito acerca do trâmite, de que o processo foi encaminhado à  
30 Auditoria e, posteriormente, à Procuradoria, foge do padrão adotado nos demais  
31 concursos realizados na UFABC. Declara: *'os TAs que me procuraram e os que eu*  
32 *procurei para saber sobre os fatos e que me pediram providências, alguns deles, estão*  
33 *sofrendo pressões por causa disso. Inclusive sendo alvo de comentários. Desconfiam,*  
34 *inclusive que alguns danos morais já foram cometidos a servidores diretamente ligados*  
35 *a esse concurso; estão sendo rifadas, por conta de um não esclarecimento. Por isso o*  
36 *meu pedido de esclarecimento. É preciso estancar esse tipo de... essa proliferação não*  
37 *faz bem, não só para os servidores, não faz bem a essa Instituição que eu, como*  
38 *Conselheiro, sou obrigado a defender. Não está bem a figura da UFABC também para*  
39 *com a comunidade externa. Para com aqueles que prestaram o concurso e não tiveram*  
40 *nenhuma satisfação para o que ocorreu. Sendo que o cronograma era outro, para que*  
41 *isso acontecesse'*. Solicita que seja considerada a possibilidade de que passe a ser  
42 discutido como item da pauta, uma vez que acredita não ser possível aguardar até a  
43 próxima sessão. Sugere que seja criada uma comissão de sindicância do ConsUni para  
44 verificar o que está ocorrendo. Enfatiza a necessidade de estancar o que chamou de



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 *‘maledicências’*, evitando que reputações sejam sacrificadas num procedimento  
2 administrativo. Finda ressaltando que: *‘se houve irregularidade de caráter moral ou*  
3 *ético há necessidade de apuração bastante precisa do ocorrido, se a questão é*  
4 *administrativa, não vejo motivos para a não homologação do concurso’*; 2) professora  
5 Itana declara que sua fala não se trata de um informe, mas de um pedido de pauta e lê os  
6 *e-mails* que foram trocados com a Secretaria Geral: *‘Item 1: solicito a inclusão na pauta*  
7 *da próxima reunião ordinária do ConsUni a discussão da Política de Segurança da*  
8 *UFABC e a discussão sobre a instalação de catracas na entrada no campus*  
9 *universitário. Solicito que a Secretaria Geral instrua a discussão desse item com os*  
10 *seguintes documentos: apresentação do relatório dos bombeiros dando anuência à*  
11 *colocação das catracas na entrada do Bloco B, documentos de Reitorias anteriores*  
12 *aprovando a instalação das catracas, apresentação do projeto que foi analisado e*  
13 *discutido com a comunidade acadêmica a instalação de catracas, datas e documentos*  
14 *relativos à discussão desse tema com a comunidade acadêmica’*. Informa que os 4  
15 documentos a que se referiu foram elencados a partir da declaração feita pelo reitor no  
16 *‘Comunicare nº 63’*. Prossegue a leitura, passando à resposta dada pela Secretaria Geral:  
17 *‘Todos os questionamentos serão comentados, durante a próxima sessão, no momento*  
18 *dos Informes do Reitor’*. Diante dessa declaração, reiterou seu pedido de inclusão de  
19 item na pauta e para o qual foi respondido pela Secretaria Geral: *‘Cara professora*  
20 *Itana, em relação ao seu pedido de inclusão de item na pauta do Conselho*  
21 *Universitário, informamos que o Reitor tratará dos temas solicitados em caráter de*  
22 *informe, para eventuais esclarecimentos. Ressaltamos, ainda, que a instrução*  
23 *regularmente adotada para inclusão de qualquer tema no Expediente dos Conselhos*  
24 *Superiores só é possível mediante apresentação de proposta específica, cabendo à*  
25 *Secretaria Geral tão somente o posterior encaminhamento aos seus membros’*.  
26 Esclarece que, quando solicitou o pedido de inclusão de item na pauta sobre política de  
27 segurança, e não propôs qualquer documento, não o fez por considerar que ela ou  
28 qualquer um dos Conselheiros deva fazê-lo. Acredita que seja uma função do Conselho  
29 encaminhar e iniciar essa discussão. Segundo a professora: *‘Não faz nenhum sentido eu*  
30 *propor alguma coisa que não seja proveniente desse Conselho’*. Acredita que esse seja  
31 um tema cuja discussão é de grande relevância e que tem suscitado preocupações entre  
32 os docentes. Ressalta que há uma grande preocupação com a possibilidade de acidentes  
33 no Bloco B, tendo em vista o funcionamento de inúmeros laboratórios. Declara que  
34 considera um risco não discutir esse tema. Reitera sua solicitação de inclusão do item na  
35 pauta. Fica acordado que, após todos os informes, as solicitações serão votadas.  
36 Professora Itana prossegue informando que no dia 18 de setembro iniciou-se o curso de  
37 especialização em Ciências e Tecnologia, que atende 200 alunos, na modalidade à  
38 distância pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), um programa da CAPES, e que foi  
39 autorizado por ambos os Conselhos Superiores para esse ciclo. Comunica ainda que a  
40 UFABC recebeu Ofício Circular 17/2010/DED da CAPES, solicitando a previsão de  
41 oferecimento de cursos de formação de professores no programa da UAB para o  
42 primeiro semestre de 2011. A universidade não respondeu esse ofício e, portanto, não  
43 oferecerá, em 2011, nenhum curso, apesar dos recursos que já recebeu. Acrescenta,  
44 ainda, que a UFABC recebeu da CAPES no ano de 2010, para funcionamento da UAB,





**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 os seguintes valores: núcleo/gestão da UAB – R\$ 643.6216,00; curso de especialização  
2 em Tecnologia da Informação (TSI) – R\$ 536.678,00; curso de especialização em  
3 Ciência e Tecnologia – R\$ 583.839,00; fomento às TICs – R\$ 601.000,00;  
4 equipamentos e mobiliário – R\$ 263.633,68; caminhonete – R\$ 84.900,00; capacitação  
5 2011 (professores, funcionários e tutores) – em negociação com a CAPES. No entanto,  
6 apesar de haver investimento, não tem havido contrapartida por parte dessa universidade  
7 para com a referida agência de fomento; 3) professor Plínio comunica que a UFABC  
8 realizará, entre os dias 27 de setembro a 1º de outubro, a segunda edição da Semana de  
9 Solidariedade e Cidadania. Convida a todos para participar do evento. Maiores  
10 informações estão disponíveis no site da Pró-Reitoria de Extensão; 4) professor Caputi  
11 declara que, por meio do Boletim de Serviços nº 129, tomou conhecimento das portarias  
12 que constituíram as 3 Comissões Permanentes para Apuração de Transgressões  
13 Disciplinares e Aplicação de Sanções para Discentes dos Cursos de Graduação, Pós-  
14 Graduação e Extensão. Ressalta, no entanto, que a interpretação do Art. 71 do  
15 Regimento Geral da UFABC, no qual se baseou a criação das referidas comissões, tenha  
16 sido equivocada. Em seu entendimento, acredita que cada caso a ser apurado exige a  
17 constituição de uma comissão específica e não permanente. Assim, solicita que as  
18 portarias sejam revogadas. Dando sequência aos informes, retoma o assunto referente à  
19 instalação de catracas no Bloco B. Manifesta seu profundo descontentamento acerca da  
20 maneira como o assunto foi tratado nesse Conselho. Enfatiza que, em nenhum  
21 momento, buscou-se resolver a questão no âmbito desse Conselho, tendo em vista que o  
22 tema sempre foi tratado como informe. No que tange às competências do ConsUni,  
23 elencadas no Estatuto, declara: *‘há duas que cobrem isso: o “estabelecimento da*  
24 *Política Geral da universidade”, parte da política geral, imagino eu, é a política de*  
25 *acesso à universidade. A política de segurança da universidade é parte da política*  
26 *geral. A outra é a discussão sobre administração dos bens da universidade que tem*  
27 *tudo a ver com isso também, como você protege ou não seus bens. Mesmo que não*  
28 *houvesse menção no Estatuto, o bom senso diz que esse é um assunto típico de*  
29 *Conselho Universitário’*. Reforça seu desconforto em relação ao ‘Comunicare’ nº 63 e  
30 recorda que nunca houve deliberação sobre o assunto. Ressalta que em diversos  
31 momentos percebeu simpatia por parte de alguns membros desse Conselho em trazer o  
32 assunto à discussão, inclusive por membros da própria Reitoria. Declara ainda: *‘o*  
33 *suposto esclarecimento de que a instalação das catracas estava no projeto original, não*  
34 *é um esclarecimento, é apenas um dado, um fato isolado que não esclarece*  
35 *absolutamente nada’*. É enfático ao declarar-se contrário ao fato de delegar a instâncias  
36 externas à universidade a decisão acerca da política de segurança da UFABC. É  
37 veemente ao manifestar seu descontentamento em relação ao desfecho dado ao assunto.  
38 Desculpa-se pela maneira exaltada como expôs o assunto. Solicita a inclusão dessa  
39 discussão na pauta e, até que se decida o que será feito, que sejam suspensas todas as  
40 medidas adotadas sem prévia anuência desse Conselho; 5) professor Luiz Martins  
41 comunica o início das atividades no Bloco A. Ressalta que os docentes, de um modo  
42 geral, compreendem que ainda há ajustes a serem realizados, no entanto, solicita  
43 urgência na instalação de internet no prédio para que os professores possam ocupar suas  
44 salas e trabalhar de maneira plena. Solicita que o pró-reitor de pós-graduação realize



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 breve explanação acerca da avaliação trienal da CAPES. No ensejo, questiona se há  
2 algum posicionamento sobre os novos cursos que foram submetidos à avaliação.  
3 Comunica que no último dia 17, a UFABC recebeu a comitiva alemã da turnê 'Estudar  
4 e Pesquisar na Alemanha 2010'. Ressalta que se tratou de um evento com intensa  
5 participação de estudantes e que faz parte do projeto de viabilizar a cooperação em  
6 projetos de pesquisa e intercâmbio de estudantes entre a UFABC e a universidade alemã  
7 de Ingolstadt. Por último, atendendo ao pedido do professor Gilberto Martins, diretor do  
8 CECS, que não pôde comparecer a essa sessão, comunica que foi finalizado o processo  
9 de apuração que averiguou denúncia de acúmulo irregular de cargos. Tendo em vista a  
10 confirmação da denúncia, a professora Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos, do  
11 CECS, recebeu o ultimato para que fizesse a opção entre a UFABC e a PUC-SP,  
12 Instituição da qual continuava fazendo parte, mesmo depois de integrar o corpo docente  
13 da UFABC, cujo regime é de dedicação exclusiva. Ressalta que partiu dela o pedido de  
14 exoneração da UFABC; 6) professor Marvulle comunica que nos últimos dias 13 e 14,  
15 aconteceu na UFABC o Simpósio de Cognição 'First Brazilian Meeting on Brain and  
16 Congnition'. Parabeniza os professores envolvidos pela promoção do evento e destaca a  
17 grande participação. Retomando o assunto das catracas, como membro mais antigo do  
18 ConsUni, recorda que esse tema nunca foi tratado como ponto de pauta, assim como  
19 ficou claro nos esclarecimentos prestados pela Reitoria, na voz da Secretária Geral,  
20 Eloísa Quitério, quando esta mencionou que o assunto havia sido tratado como informe  
21 em sessões anteriores. Recorda que, em gestões passadas, percebeu-se a intenção de  
22 tratar de assuntos relacionados à segurança, mas, em nenhum momento essa questão foi  
23 tratada nesse Conselho. Declara: *'havia uma comissão para estudo de ocupação do*  
24 *bloco B e o professor Erich, representante do CCNH, várias vezes alertou sobre a*  
25 *periculosidade do Bloco B. Que o Bloco B é uma bomba que pode explodir a qualquer*  
26 *momento. Ele sempre alertou sobre isso, sobre a política de segurança no Bloco B. E*  
27 *quando eu chego um dia e vejo 4 obstáculos na única saída que tem o Bloco B, se a*  
28 *hora que aquilo ali explodir aqueles obstáculos estiverem ali isso vai causar muito mais*  
29 *danos. É uma coisa séria e que, como disse o professor Caputi, merecia muito mais*  
30 *seriedade dessa Reitoria em trazer o assunto pra esse Conselho'. Propõe a retirada*  
31 *imediate das catracas até que o assunto seja discutido nesse Conselho. Solicita que o*  
32 *pedido feito pelos professores Itana e Caputi seja atendido pela Mesa. Por último,*  
33 *referenda o pedido dos TAs do CMCC para que sejam dadas explicações sobre o*  
34 *concurso de TAE. Declara: 'esse é um caso inédito na UFABC, o fato desse concurso*  
35 *ter ido para Auditoria e depois para a Procuradoria. Não me lembro disso em nenhum*  
36 *momento. Mais ainda num momento em que estamos necessitando de TAs. Todos os*  
37 *órgãos da UFABC, inclusive o CMCC, estão estrangulados em termos de necessidade*  
38 *de TAs. Nós precisamos de Técnicos de Laboratórios, Técnicos Administrativos,*  
39 *Técnicos Pedagógicos e vários tipos de técnicos que esse concurso efetuou'. Reforça*  
40 *sua estranheza com relação ao fato do inicial caráter de urgência ter se perdido no*  
41 *momento em que o concurso foi enviado à Auditoria e à Procuradoria e suspenso todo o*  
42 *processo. Declara ainda: 'se existe irregularidade, que sejam levantadas e sejam*  
43 *punidos os culpados. Se não existe, que pelo menos se homologue esse concurso*  
44 *conforme foi pedido pelo Conselheiro Gustavo'; 7) professor Derval comunica que no*



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 período de 3 a 6 de outubro, a UFABC receberá a primeira visita *in loco* para o  
2 reconhecimento do curso de licenciatura em Química e de 6 a 9, do Bacharelado em  
3 Física, sendo esta, a última fase de avaliação do INEP; 8) professora Gisele Ducati  
4 solicita a promoção do 6º item do Expediente para Ordem do Dia. Após secundada, a  
5 solicitação é aprovada por 10 votos favoráveis e 6 abstenções; 9) professor Kamienski,  
6 atendendo à solicitação feita pelo professor Luiz Martins, informa, acerca da avaliação  
7 trienal dos cursos de pós-graduação. Explica que apenas 6 dos 7 cursos de pós-  
8 graduação da UFABC passaram pela referida avaliação, tendo em vista que o de  
9 Biossegurança teve início em 2010 e, portanto, não entrou nesse grupo de avaliação.  
10 Destaca que, em relação ao curso de Química, o esperado era a manutenção da nota 4.  
11 No entanto, o curso recebeu nota 3. Comunica que foi feito um pedido de  
12 reconsideração, o qual foi recebido com simpatia pelo coordenador da área. Quanto ao  
13 APCN, informa que a divulgação dos resultados está prevista para os próximos meses;  
14 10) professor Adalberto Fazzio agradece aos Conselheiros pela confiança e ressalta que  
15 pretende contribuir com esse Conselho e, principalmente, com a UFABC; 11) professor  
16 Dalpian, no que tange as portarias que criaram as comissões de apuração, comenta que  
17 irá avaliar o assunto e prestará maiores esclarecimentos na próxima sessão. Com relação  
18 ao concurso de TAE, reafirma que o mesmo não está suspenso, uma vez que se encontra  
19 sob análise da Procuradoria Jurídica. Quanto à inclusão de item na pauta, solicita que  
20 seja formulada uma proposta. À solicitação, Professora Itana declara: *‘solicito que*  
21 *sejam iniciadas as discussões, nesse Conselho, acerca da política de segurança na*  
22 *UFABC que englobe segurança da informação, de professores, alunos, patrimônio. E,*  
23 *enquanto essas políticas não forem deliberadas, que as catracas sejam retiradas’.*  
24 Professor Dalpian entendendo que o pedido conta com o apoio de outros Conselheiros,  
25 encaminha para votação. Aprovada a inclusão do item, ao final do Expediente, com 11  
26 votos favoráveis, 4 contrários e 3 abstenções. No que tange ao concurso de TAE, Dr.  
27 Reginaldo explica que a Procuradoria existe para assessorar a gestão. Nesse sentido, ao  
28 identificar falhas no processo, optou-se por sua análise. Entretanto, esse fato ocorreu em  
29 data limite para homologação antes do início do período eleitoral, por isso, até o  
30 momento, não pode haver homologação. Enfatiza considerar incabível a inclusão desse  
31 assunto na pauta tendo em vista que pretende subtrair do reitor o direito de homologar  
32 ou não o concurso. Conselheiro Galati explica que seu pedido de inclusão do item na  
33 pauta tem por razão: *‘evitar danos morais a pessoas, e a urgência é nesse aspecto’.*  
34 Além disso, enfatiza que sua intenção é: *‘evitar o assassinato de reputações como*  
35 *preocupação fundamental’.* Professor Marvulle enfatiza que, segundo o que foi dito,  
36 havendo dúvidas no procedimento como um todo, faz-se necessária a instauração de  
37 uma comissão de sindicância. Declara: *‘Como dirigente dessa Instituição eu estou*  
38 *muito preocupado com nome da UFABC e com a reputação dos concursos que o*  
39 *professor Bevilacqua, o professor Fazzio fizeram de tudo para que tivesse reputação*  
40 *nacional, para que fossem admirados por todas as universidades no Brasil. Agora, se*  
41 *há dúvidas no processo como um todo, nós estamos colocando em risco toda essa*  
42 *história que o professor Fazzio e o professor Bevilacqua construíram’.* Professor  
43 Dalpian, corroborando as palavras do Dr. Reginaldo, ressalta que a dúvida em torno do  
44 processo justificou o envio do mesmo à Auditoria e, posteriormente, à Procuradoria



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 Jurídica. Enfatiza que qualquer resultado será devidamente divulgado e considera  
2 precipitada a criação de qualquer comissão nesse momento, tendo em vista a análise  
3 estar em curso. Professor Fazzio, no intuito de preservar a Reitoria de um possível  
4 desgaste desnecessário, sugere que o Conselho encaminhe um pedido de urgência na  
5 divulgação do parecer da Procuradoria. Após discussões, decide-se que a Procuradoria  
6 terá o prazo de 15 dias para emitir parecer acerca do assunto, o qual será analisado pela  
7 Reitoria e, posteriormente, comunicado ao Conselho; 12) Conselheiro Galati solicita  
8 que o item 5 do Expediente passe à Ordem do Dia. Solicitação aprovada com 7 votos  
9 favoráveis, 5 contrários e 5 abstenções. **Ordem do Dia:** ‘Aprovação da ata da II sessão  
10 ordinária, realizada nos dias 22 e 30 de junho de 2010’. Aprovada por aclamação, sem  
11 alterações. ‘Aprovação da ata da V sessão extraordinária, realizada em 11 de agosto de  
12 2010’. Aprovada com 3 abstenções, sem alterações. ‘Minuta de Resolução que aprova a  
13 cobrança de taxas para revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros, registro  
14 de diplomas de Instituições de Ensino Superior (IES) particulares e demais serviços  
15 específicos sobre registro de diplomas’. A secretária geral, Eloísa, lê o parecer emitido  
16 pela Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA): *‘Em*  
17 *concordância com o disposto no inciso VI do artigo 82 do Estatuto da UFABC e todos*  
18 *os normativos legais vigentes, a minuta de Resolução que aprova a cobrança de taxas*  
19 *acerca dos registros de diplomas foi elaborada pela Secretária Geral, visando*  
20 *normatizar a cobrança de taxas para revalidação e reconhecimento de diplomas*  
21 *estrangeiros, registro de diplomas de Instituições de Ensino Superior (IES) particulares*  
22 *e demais serviços específicos sobre registro de diplomas. A Secretaria Geral e a Pró-*  
23 *Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional realizaram um estudo que*  
24 *mapeia os serviços e taxas cobradas referentes ao registro e validação de diplomas por*  
25 *parte das principais Universidades Federais e Estaduais. As taxas que constam da*  
26 *minuta de Resolução foram definidas com base nos valores cobrados principalmente*  
27 *pela USP, UNICAMP, UNESP e UFSCAR. Toda a documentação encontra-se no*  
28 *Processo nº 23006.001180/2010-72. A CANOA é favorável à aprovação da minuta de*  
29 *Resolução apresentada’*. Abre-se para discussão. Surgem manifestações contrárias ao  
30 disposto no segundo considerando da minuta: *‘que o registro de diplomas é uma das*  
31 *fontes de recursos próprios para as instituições autorizadas pelo MEC, conforme*  
32 *Parecer CNE/CES 165/2007’*. Entendem que o registro de diploma deve compor as  
33 funções usuais da universidade e ser não um meio para obtenção de receita. Dessa  
34 forma, o valor a ser cobrado deve abranger somente os custos pela execução do serviço  
35 e os recursos para custeio das universidades devem ser providos exclusivamente pela  
36 União. Há ainda posicionamentos contrários ao valor cobrado pela revalidação de  
37 diploma de graduação estrangeiro: R\$ 1.300,00 e pelo reconhecimento de diploma de  
38 pós-graduação estrangeiro: R\$ 1.500,00. A secretária geral, Eloísa, esclarece que  
39 optaram por designar valores inferiores aos praticados nas demais universidades  
40 públicas da região e a Reitoria compreendeu que essa iniciativa é importante para a  
41 UFABC. O substituto eventual da pró-reitora de planejamento, Alberto, concorda que  
42 deve ocorrer maiores investimentos na educação por parte da União, no entanto,  
43 informa que o registro de diplomas é uma prática legítima e uma prestação de serviço à  
44 comunidade que gera recursos financeiros significativos. Recorda que este momento de





**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 expansão da UFABC implica no aumento de custeio e, em 2012, a UFABC ingressará  
2 na Matriz da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino  
3 Superior (Andifes) e terá de se adaptar à considerável diminuição de recursos para  
4 custeio. Professor Dalpian receia que o estabelecimento de valores muito inferiores  
5 atraia grande demanda e essa não possa ser atendida em tempo hábil, visto que a  
6 UFABC não dispõe de número de servidores suficientes neste momento, ao que a  
7 secretária geral corrobora. Professor Luiz Martins propõe a supressão do segundo  
8 considerando e a alteração dos valores cobrados pela revalidação e reconhecimento de  
9 diplomas de graduação e pós-graduação estrangeiros para R\$ 130,00 e R\$ 150,00,  
10 respectivamente. Avalia que ocorrendo a situação exposta pelo vice-reitor, os  
11 solicitantes terão de aguardar os prazos que forem necessários, conforme as limitações  
12 existentes. Professor Dalpian encaminha para votação a supressão do segundo  
13 considerando. Votos favoráveis: 7, contrários: 7 e abstenções: 4. O presidente do  
14 Conselho faz uso do voto de qualidade e opta por manter o considerando. Segue para a  
15 votação a alterações nos valores pela revalidação e reconhecimento de diploma.  
16 Favoráveis: 7, contrários: 9 e abstenções: 3. Mantidos os valores originais. Por fim,  
17 vota-se a proposta em sua totalidade, sendo aprovada com 11 votos favoráveis, 4  
18 contrários e 4 abstenções. ‘Homologação da banca julgadora do processo de progressão  
19 funcional de professor Adjunto IV para professor Associado I do docente Paulino  
20 Eduardo Fernandes Pinto Coelho’. Professora Gisele Ducati, em substituição ao  
21 professor Marcelo Modesto, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente  
22 (CPPD), relata que até o estabelecimento de regulamentação interna, o processo de  
23 progressão entre classes deverá seguir o disposto na Portaria nº 7, de 29 de junho de  
24 2006, emitida pelo MEC. Essa normativa prevê a avaliação do docente por parte de uma  
25 banca composta por professores titulares, para a qual a CPPD propõe os docentes:  
26 Valdecir Marvulle; Antônio Cândido Faleiros e Rodney Carlos Bassanezi, todos do  
27 CMCC. Abre-se para discussão. Professor Luiz Martins entende, com base no Art. 2º, §  
28 2º, da referida Portaria, que não é obrigatório que os professores titulares integrantes da  
29 banca julgadora encontrem-se aprovados no estágio probatório. Sendo assim, propõe a  
30 escolha de docentes titulares da área de engenharia do CECS, pois acredita que dessa  
31 forma o docente em questão será avaliado por uma banca que considerará todas as  
32 especificidades de sua área de atuação. Professor Marvulle sugere que as bancas  
33 avaliadoras dos processos de progressão e estágio probatório sejam compostas por um  
34 docente de cada Centro. Professora Gisele informa que a prática da CPPD segue a  
35 mesma interpretação do professor Luiz Martins acerca da Portaria nº 7 e não indica  
36 somente docentes aprovados em estágio probatório para esse tipo de avaliação. A fim de  
37 contemplar a proposta encaminhada pelo diretor do CMCC, propõe que a banca  
38 examinadora passe a ser composta pelos seguintes docentes: Valdecir Marvulle  
39 (CMCC); João Manoel Losada Moreira (CECS) e Iseli Lourenço Nantes (CCNH).  
40 Professor Dalpian informa que ficará registrada a recomendação deste Conselho para  
41 que a CPPD, sempre que possível, institua bancas com representantes docentes dos 3  
42 Centros. Encaminha a nova proposta para votação. Aprovada com 18 votos favoráveis e  
43 1 abstenção. ‘Pedido de revisão da sanção disciplinar aplicada a servidor’. Professor  
44 Dalpian passa a palavra ao procurador federal para a leitura de seu parecer. Dr.



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 Reginaldo relata que o fato foi apurado inicialmente mediante sindicância, com uma  
2 comissão específica que sugeriu a abertura de um Processo Administrativo Disciplinar  
3 (PAD). Em seguida, constituiu-se uma nova comissão processante que realizou os  
4 procedimentos de forma correta e garantiu contraditório e ampla defesa. No relatório  
5 conclusivo, a comissão posicionou-se pela demissão do servidor e o reitor encaminhou  
6 o processo à Procuradoria Jurídica para a análise legal desse procedimento. Por sua vez,  
7 concluiu que foi seguido o rito estabelecido em lei, contudo, os fatos não se  
8 enquadravam nos incisos considerados para a pena de demissão, mas sim nos incisos  
9 que indicam as penas de advertência. Dado fato que o servidor já havia sofrido uma  
10 advertência anteriormente, posicionou-se pela penalidade de suspensão de 90 dias.  
11 Houve recurso por parte do servidor ao reitor, que decidiu não acolhê-lo. Neste  
12 momento, o servidor apresenta a solicitação para que o ConsUni analise os fatos e  
13 reduza a sanção de 90 para 25 dias de suspensão. Considerando o princípio da  
14 admissibilidade e o procedimento, seu parecer é que tal recurso não cabe no âmbito  
15 deste Conselho, visto que não está previsto no Regimento Geral. Avalia que cabe o  
16 pedido de revisão, porém esse deve ser submetido ao Ministro de Estado. Por essas  
17 razões, a Procuradoria sugere que o recurso não seja admitido. Professor Dalpian  
18 informa que será tratada primeiramente a questão da admissibilidade do item na pauta e  
19 passa a palavra ao relator. Conselheiro Gustavo destaca que o servidor não alega  
20 inocência em sua autodefesa, somente questiona o rigor da penalidade. Avalia que o  
21 mesmo poderia ter questionado o vício do processo, pois ao analisá-lo, constatou que há  
22 pontos duvidáveis, bem como evidências de falta de imparcialidade. Considera frágil o  
23 argumento que cita o Regimento Geral, tendo em vista as circunstâncias em que o  
24 mesmo foi aprovado no início das atividades da UFABC e que pode ser alterado a  
25 qualquer momento pelo ConsUni, sem a necessidade de quórum especial. Ressalta que  
26 o servidor não solicitou a revisão do processo, mas a apreciação do recurso. Julga que a  
27 suspensão de 90 dias é altamente severa, uma vez que a Lei nº 8.112, de 11 de  
28 dezembro de 1990, prevê que essa penalidade, por prazo superior a 30 dias, somente  
29 pode ser aplicada por autoridades imediatamente abaixo do Presidente da República. Dr.  
30 Reginaldo esclarece que essa atribuição foi delegada aos reitores, ao que o relator julga  
31 interessante obterem a fonte legal dessa informação. Retomando suas considerações,  
32 acrescenta que a penalidade foi aplicada em razão da utilização de equipamento da  
33 universidade em horário de trabalho, para fins particulares, como na ocasião de  
34 inauguração do Bloco B, quando o servidor postou matéria referente ao assunto em seu  
35 *blog* pessoal. No entanto, admite que o processo teve início com a acusação de que o  
36 servidor possuía outro emprego e a prova foi obtida de maneira ilícita, porque o recibo  
37 referente à prestação do serviço havia sido furtado dos pertences do servidor. Dessa  
38 forma, entende que a acusação que resultou na penalidade de suspensão poderia ser  
39 aplicada a qualquer servidor que, por exemplo, consulte seus *e-mails* particulares ou  
40 sites diversos em horário de trabalho. Conclui solicitando que este Conselho analise o  
41 caso, mesmo que não implique no acato do recurso, a fim de nortear a política  
42 disciplinar da UFABC e, ainda, demonstrar isonomia no tratamento dado a docentes e  
43 técnico-administrativos. Abre-se para discussão. Professor Caputi compartilha da  
44 posição do relator e discorda que não cabe a este Conselho analisar esse tipo de recurso,



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 somente pelo fato de o Estatuto e Regimento Geral estarem omissos nesse aspecto.  
2 Defende que qualquer servidor recorra ao ConsUni, que é a instância máxima da  
3 universidade, havendo ou não fatos novos. Afirma que esse é um princípio democrático  
4 fundamental para a UFABC. Professor Marvulle registra seu apoio à análise do assunto  
5 mediante prévia consulta ao processo, à Comissão e ao servidor envolvido. Professor  
6 Dalpian encaminha para votação a não admissibilidade do recurso neste Conselho.  
7 Favoráveis: 6 e contrários: 13. Após breve discussão, decide-se que o processo referente  
8 ao assunto ficará disponível para consulta na Secretaria Geral até a próxima semana,  
9 ocasião em que o assunto será retomado. Professor Dalpian solicita que o professor  
10 Marvulle o substitua na Presidência da Mesa durante sua momentânea ausência nesta  
11 sessão. **Expediente:** ‘Criação do curso de graduação em Bacharelado em Neurociência  
12 (BNC)’. Professor Marvulle discorre acerca do histórico da proposta, recordando que à  
13 ocasião da aprovação do *campus* de São Bernardo do Campo, foi assinada uma carta de  
14 intenções entre a UFABC e o MEC para a criação dos cursos de graduação na área de  
15 humanidades e cognição nessa unidade. Uma vez atendida a primeira área citada, com a  
16 criação do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H), instituiu uma comissão  
17 para trabalhar na elaboração da proposta do BNC, composta pelos professores Cristiane  
18 Otero Reis Salum, Peter Claessens, Itana Stiubiener e Yossi Zana. Recentemente, a  
19 criação do BCN recebeu a aprovação do Conselho do CMCC e encaminhou a matéria à  
20 Comissão de Graduação (CG) para discussão das disciplinas do curso e suas inter-  
21 relações com o Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T). Posteriormente,  
22 submeterá o projeto pedagógico para aprovação do ConsEP. Passa a palavra à  
23 professora Cristiane, coordenadora da Comissão. A docente informa que durante a  
24 elaboração da proposta, identificaram que os bacharéis em Neurociência poderão atuar  
25 nas seguintes áreas: 1) biomédica/hospitalar, que tem apresentado grande número de  
26 equipamentos de alta tecnologia e que demandam análise e interpretação de dados; 2)  
27 indústrias, organizações e governo, devido à crescente necessidade de um profissional  
28 que atue nos aspectos e efeitos sobre o sistema nervoso, desde desenvolvimento de  
29 produtos e serviços, análise de mercado e tomada de decisões; 3) área acadêmica, em  
30 que se nota uma necessidade contínua de um egresso com perfil interdisciplinar e, no  
31 BNC, o aluno terá parte de sua formação em Biologia, Psicologia, Programação e  
32 Matemática. Destaca que em 2009, 160 alunos manifestaram espontâneo interesse em  
33 cursar o BNC. Acerca do projeto pedagógico, informa que após a conclusão do BC&T,  
34 o aluno seguirá para uma formação interdisciplinar complementar envolvendo  
35 Neurociência Biológica, Cognitiva e Computacional. Ressalta que será dada maior  
36 ênfase ao perfil de ciência aplicada, pois não visam oferecer uma formação para ciência  
37 básica voltada à área acadêmica, mas a formação de um profissional para atuar no  
38 mercado em geral. Apresenta a proposta de estrutura curricular, com os totais de  
39 créditos a serem cumpridos no BC&T e disciplinas obrigatórias, eletivas, livres do  
40 BNC. Ressalta ainda que todas as disciplinas obrigatórias do curso e grande parte das  
41 eletivas já são oferecidas atualmente. Informa que os estágios supervisionados poderão  
42 ser realizados em laboratórios da UFABC, empresas, hospitais, clínicas e outras  
43 instituições. Quanto ao corpo docente, a proposta prevê o total de 39 profissionais dos 3  
44 Centros até o ano de 2015. O plano de implementação engloba infraestrutura composta



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 por laboratórios das três torres do Bloco A; unidade Atlântica (temporária) e  
2 laboratórios no *campus* de São Bernardo do Campo. Comenta brevemente as  
3 estimativas de recursos financeiros permanentes e de consumo, que resultam no custo  
4 aproximado de R\$ 1.700,00 por aluno. Estimam a disponibilização de 60 vagas, sendo  
5 divididas entre os períodos diurno e noturno. Conclui informando a intenção de  
6 incluírem o BNC no vestibular de outubro de 2011, para início do curso em 2012 e  
7 reconhecimento do MEC em 2015. Nesse momento, professor Dalpian reassume a  
8 Presidência da Mesa. Abre-se para discussão. Questionada se o BNC abrange alguma  
9 atividade regulamentada por Conselhos de Classe e a razão de preverem a inclusão do  
10 curso somente no vestibular de 2011, professora Cristiane esclarece que a Comissão  
11 preocupou-se em explicitar que o formando poderá realizar funções como o auxílio no  
12 desenvolvimento de fármacos e não a atuação na qualidade de farmacêutico, por  
13 exemplo. Já a questão do vestibular está relacionada à contratação de docentes e  
14 construção de laboratórios. Professor Marville complementa que não haverá tempo  
15 hábil, visto que ainda cabe a aprovação do curso por parte dos Conselhos Superiores.  
16 Professor Fazzio informa que tomou a liberdade de encaminhar essa proposta a alguns  
17 profissionais da área e dois questionaram por que não há disciplinas sobre as relações  
18 do sistema nervoso com o restante do corpo, visto pelo lado do corpo, e não do sistema  
19 nervoso. Professora Cristiane informa que a estrutura curricular atual apresenta algumas  
20 disciplinas eletivas que envolvem o corpo, tais como: “Biologia do Desenvolvimento”,  
21 ‘Sistemas Biológicos I, II ou III’ e ‘Biologia Animal I, II ou III’. Professor Arnaldo  
22 sugere a retirada da disciplina ‘Biologia Animal I, II ou III’ e a inclusão de ‘Fisiologia  
23 Evolutiva’ e ‘Biologia Celular’. No ensejo, questiona qual será a atribuição prática do  
24 profissional formado no BNC e suas possibilidades de atuação do mercado de trabalho.  
25 Professora Cristiane informa que há alta demanda por neurocientistas, porém, como  
26 esse curso ainda não é oferecido no Brasil, buscam-se somente algumas de suas  
27 habilidades, a exemplo dos hospitais, que carecem de profissionais que consigam  
28 analisar uma ressonância magnética para os médicos ou na área pedagógica, em que é  
29 preciso realizar análise do desenvolvimento neural de um indivíduo com deficiência.  
30 Ressalta que a intenção não é promover a substituição de profissionais como médicos e  
31 pedagogos, mas auxiliá-los em suas funções. Professor Arnaldo opina que há  
32 sobreposições nesse sentido na proposta e sugere a adequação do texto. O representante  
33 dos discentes da graduação, Eric, questiona se alunos que já tenham cursado grande  
34 parte das disciplinas do BC&T poderão se matricular no BNC, ao que a docente  
35 confirma. Professor Derval parabeniza a Comissão pela proposta bem estruturada e  
36 acrescenta que a convalidação das disciplinas para os alunos interessados em cursar o  
37 BNC seguirá os mesmos procedimentos vigentes e reforça a orientação aos docentes da  
38 área de cognição para que evitem comentar com os discentes que o curso está sendo  
39 oferecido, visto que as disciplinas que constarão como obrigatórias para o BNC,  
40 atualmente, são classificadas como livres para o BC&T. Professor Fazzio recomenda  
41 cautela ao considerarem o mercado de trabalho nas discussões acerca da proposta.  
42 Relata a atual situação dos físicos, que possuem grande importância em diversos  
43 setores, porém conseguem maior atuação na área acadêmica. Professor Dalpian propõe  
44 a comparação do custo por aluno, deste com outros cursos, para obterem um parâmetro





**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 quanto ao valor apresentado. Professora Cristiane acredita que poderão realizar esse  
2 comparativo com o curso de Ciências Biomédicas da Universidade Federal de São  
3 Paulo (Unifesp), apesar desse possuir um viés acadêmico e o BNC, prático. Diante de  
4 recomendações para que a ProPlaDI emita um parecer acerca das implicações  
5 orçamentárias desse novo curso, professor Marvulle esclarece que foi destinado ao  
6 CMCC, R\$ 260.000,00 para custeio, com o qual mantém as disciplinas previstas na  
7 matriz do BNC, além dos laboratórios e demais bacharelados do Centro. Estima que  
8 serão devolvidos cerca de R\$ 100.000,00 que permanecerão sobressalentes. Professor  
9 Yossi conclui registrando a expectativa da Comissão de que a UFABC seja reconhecida  
10 como a pioneira da área de neurociência no Brasil e que o BNC promova o nome da  
11 Instituição em todo o país nos próximos 10 anos. Como nenhum dos participantes  
12 desejasse fazer uso da palavra, o vice-reitor agradeceu a presença de todos e encerrou a  
13 sessão às 18h10. Do que para constar, nós, Marcela dos Santos, Fabiane de Oliveira  
14 Alves e Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo, assistentes em administração da  
15 Secretaria Geral, lavramos e assinamos a presente Ata, aprovada pelo vice-reitor,  
16 professor doutor Gustavo Martini Dalpian e pelos demais presentes à sessão.-----  
17 Aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2010, no horário das 14h, na sala de reuniões  
18 do 5º andar da Unidade Catequese da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à  
19 Rua Catequese, 242, Centro, Santo André, realizou-se a continuação da III sessão  
20 ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano em curso,  
21 previamente convocada e presidida pelo professor Helio Waldman, reitor, com a  
22 presença dos seguintes Conselheiros: Gustavo Martini Dalpian, vice-reitor; Anna  
23 Carolina Pires Fournier, representante discente da pós-graduação; Armando Caputi,  
24 representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC);  
25 Arnaldo Rodrigues do Santos Júnior, diretor do Centro de Ciências Naturais e Humanas  
26 (CCNH); Carlos Alberto Kamienski, pró-reitor de pós-graduação; Eric Ferreira Diniz,  
27 representante discente da graduação; Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, representante  
28 dos servidores técnico-administrativos; Herculano da Silva Martinho, substituto  
29 eventual do pró-reitor de pesquisa; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC;  
30 Jesus Franklin Andrade Romero e Luiz de Siqueira Martins Filho, representantes  
31 docentes do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS);  
32 Máisa Helena Altarúgio, substituta eventual do pró-reitor de extensão; Marcos Joel  
33 Rúbia, pró-reitor de administração; Ricardo Luis Patroni, representante dos servidores  
34 técnico-administrativos; Rosana Denaldi, pró-reitora de planejamento e  
35 desenvolvimento institucional; Tales Gouveia Fernandes, representante suplente  
36 discente da graduação; Valdecir Marvulle, diretor do CMCC. Ausentes: Adalberto  
37 Fazio, representante da comunidade civil; Derval Rosa, pró-reitor de graduação;  
38 Gilberto Martins, diretor do CECS; James Moraes de Almeida, representante discente  
39 da pós-graduação; Marcela Sorelli Carneiro Ramos e Marcos Roberto da Silva Tavares,  
40 representantes docentes do CCNH; Rafael Marques da Silva Junior, representantes da  
41 comunidade civil. Não-votantes: Ioshua Turner, representante suplente dos servidores  
42 técnico-administrativos; Joel Pereira Felipe, assessor para assuntos comunitários e  
43 políticas afirmativas; Jorge Tomioka, coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica;  
44 Leandro Chemalle, servidor técnico-administrativo; Reginaldo Fracasso, procurador



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 federal; Ricardo Gaspar, prefeito universitário; Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo,  
2 secretária geral em exercício. Apoio administrativo: Fabiane de Oliveira Alves e  
3 Marcela dos Santos, assistentes em administração da Secretaria Geral. Havendo quórum  
4 legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h10.  
5 **Ordem do Dia**: Professor Waldman comunica que a sessão será retomada a partir do  
6 item remanescente da Ordem do Dia da primeira parte dessa sessão: ‘Pedido de revisão  
7 da sanção disciplinar aplicada a servidor’. O relator e representante dos servidores  
8 técnico-administrativos, Gustavo, relata o histórico do assunto. Em 2006, o servidor  
9 recebeu uma advertência por levar para sua residência um *notebook* da UFABC, sem  
10 autorização da chefia. Avalia que esse é um fato relevante, pois a advertência foi  
11 considerada na aplicação da penalidade em questão, que teve início com a obtenção de  
12 um recibo de prestação de serviço executado pelo servidor. Esse documento teria sido  
13 retirado dos pertences do servidor sem sua autorização. A Comissão instituída para  
14 averiguar se o servidor possuía outro emprego, após ouvir alguns depoimentos,  
15 recomendou a abertura de um PAD. No entanto, no decorrer dos trabalhos da nova  
16 Comissão, a acusação contra o servidor passou a ser atitude desidiosa, o que fez com  
17 que a Comissão se posicionasse pela demissão do mesmo. A Reitoria, na condição de  
18 autoridade julgadora, solicitou parecer da Procuradoria Jurídica, que entendeu não ser o  
19 caso para demissão e sugeriu a suspensão por 90 dias, com a possibilidade de multa e  
20 permanência em serviço. Em face desse histórico, apresenta as seguintes considerações  
21 acerca do parecer da Procuradoria: a) o delito foi classificado como extremamente grave  
22 e a atitude desidiosa não foi baseada em documentos, somente em depoimentos, o que  
23 promove um alto grau de subjetividade ao processo; b) é incomum não haver um  
24 escalonamento de sanções a serem aplicadas, pois se partiu de uma advertência,  
25 diretamente a uma suspensão de 90 dias; c) considerou-se o servidor reincidente, mas a  
26 situação que acarretou em advertência não possui similaridade com a acusação que  
27 originou a suspensão: utilizar equipamento da universidade para atividades particulares  
28 durante horário de trabalho; d) não foram considerados ou replicados erros cometidos  
29 pela Instituição, como o desvio de função a que o servidor foi submetido. Acerca desse  
30 fato, discorda do procurador quando o mesmo avaliou que o servidor, pelos seus  
31 antecedentes funcionais, teria agido da mesma forma e cometido as mesmas  
32 irregularidades estando em sua função correspondente. Enfatiza que o servidor foi  
33 avaliado nessa condição de desvio de função e considera esse um fator atenuante ao  
34 comportamento do mesmo, assim como o fato de ter sido colocado em disponibilidade,  
35 que é um procedimento ilegal para esse caso e que o procurador, apesar de ciente, não  
36 citou em seu parecer. Acrescenta que possui indícios de que o servidor tenha sofrido  
37 perseguição pessoal e esse aspecto deveria ter sido melhor apurado, bem como o fato de  
38 o servidor ser ‘arrimo de família’, já que a UFABC demonstra preocupação com alunos  
39 carentes por meio de seu programa de bolsas. Julga que a penalidade aplicada é  
40 demasiadamente severa, uma vez que a legislação, até pouco tempo atrás, atribuía a  
41 aplicação de suspensão de 90 dias somente a Ministros de Estado. Acredita que todas as  
42 falhas cometidas ocorreram em função da inexperiência da Instituição em assuntos  
43 dessa natureza, bem como dos servidores atuantes no processo. Diante de todos esses  
44 fatos, propõe que este Conselho atenda as seguintes solicitações do servidor: redução na



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 penalidade de 90 para 25 dias; concessão da progressão funcional automática e  
2 verificação da possibilidade de ressarcimentos. Professor Waldman passa a palavra ao  
3 procurador federal para que apresente suas ponderações acerca da disponibilidade a qual  
4 o servidor foi submetido. Dr. Reginaldo confirma que a Procuradoria esteve ciente do  
5 caso, entretanto, alertou para que as instâncias competentes tomassem as providências  
6 necessárias, uma vez que não cabe à Procuradoria a adoção das medidas. Informa que  
7 não é permitido que um servidor, sob processo administrativo, seja colocado em  
8 disponibilidade em caráter de punição ou para aguardar o resultado. Lamenta que no  
9 âmbito desse recurso as instâncias julgadoras precisem se defender e que o modo como  
10 certas questões são abordadas coloquem em dúvida a atuação das pessoas que  
11 contribuem para que a UFABC siga dentro da legalidade. Conselheiro Gustavo  
12 concorda que não cabia ao procurador tomar as providências e em nenhum momento  
13 teve a intenção expressar o contrário, somente propôs que esse ocorrido seja  
14 considerado como atenuante da penalidade. Professor Waldman acrescenta que o  
15 procurador o informou já no início de seu mandato quanto à impropriedade dessa  
16 situação e as providências foram tomadas. Abre-se para discussão. Professor Caputi  
17 compartilha da posição do relator e questiona o fato de a acusação inicial passar do  
18 exercício de outro emprego para atitude desidiosa, sendo que a Comissão baseou-se  
19 exclusivamente em depoimentos cujos entrevistados mencionam uns aos outros como  
20 referência. Destaca que não há provas materiais e o desvio de função foi pouco citado,  
21 apesar de constituir um aspecto muito relevante e ter relação direta com a acusação de  
22 desídia. Professor Luiz Martins também se solidariza com a relatoria e opina que devem  
23 considerar diversos aspectos que demonstram que o processo não foi apurado de forma  
24 isenta, a começar pelo fato de o presidente da Comissão ser amigo da docente  
25 requerente. Receia que sendo mantida essa penalidade, que considera demasiadamente  
26 severa, seja criado um estado polialesco na UFABC quanto ao uso da internet, por  
27 exemplo, para acesso a notícias, e-mails e materiais de aula. Professor Arnaldo  
28 concorda que os depoimentos são bastante similares, no entanto, opina que isso é  
29 positivo no sentido de refletir o ocorrido com maior precisão. Discorda que o uso do  
30 equipamento da universidade para fins particulares possa ser estendido à prática de,  
31 eventualmente, acessar *e-mails* ou sites diversos em horário de trabalho, pois consta  
32 implícito no processo que o servidor obteve proventos e esse é o ponto central da  
33 acusação. Confirma que não há provas concretas, com exceção de 2 recibos de  
34 prestação de serviço e opina que o modo como esses documentos foram obtidos deve  
35 ser tratado com maior cautela, visto que gera acusações a outros servidores. Conclui  
36 destacando que todos os depoimentos foram contra o servidor, afirmando que o mesmo  
37 utilizava boa parte de seu horário de trabalho nessa atividade. O representante dos  
38 servidores técnico-administrativos, Gustavo, esclarece que os recibos são referentes a  
39 um serviço de fotografia prestado em um final de semana. Professor Marvulle informa  
40 que a professora Christiane Marie Schweitzer, chefe do servidor na ocasião e requerente  
41 do processo, não é amiga do presidente da Comissão, professor Ronei Miotto; ambos  
42 mantêm somente uma relação profissional no âmbito da universidade. Considera que  
43 essa é mais uma das inverdades que o professor Luiz Martins traz a este Conselho.  
44 Opina que o aspecto mais relevante no processo é o depoimento comum dos colegas do



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 servidor em que reclamam que o mesmo não cumpria suas tarefas em várias ocasiões  
2 por dedicar-se à atualização de seu *blog*. Professor Waldman concede a palavra ao  
3 professor mencionado nessa última fala. Professor Luiz Martins afirma que é um  
4 profissional que cumpre cotidianamente suas funções e, inclusive, excede seus deveres  
5 participando ativamente de diversas atividades na UFABC. Solicita ao professor  
6 Marville que não afirme que ele seja um mentiroso ou caluniador e lembra que não lhe  
7 faltou com respeito em momento algum. Professor Waldman entende que o relator fez  
8 uso de vários argumentos favoráveis ao servidor e de elementos atenuantes da acusação  
9 de atitude desidiosa, a fim de obter a redução do tempo de suspensão, no entanto, avalia  
10 que já ocorreu a atenuação da penalidade, uma vez que a Comissão posicionou-se pela  
11 demissão do servidor, que é a pena prevista em lei para a atitude desidiosa, e o parecer  
12 final foi pela suspensão. Com relação à eventual subjetividade da Comissão de apuração  
13 disciplinar, recorda que a Comissão deve justamente se utilizar desse meio para analisar  
14 os fatos e não cabe a este Conselho julgá-la, então se solidariza ao procurador nesse  
15 sentido. Opina que neste momento de implantação, eventualmente pode ocorrer desvio  
16 de função, contudo, deve-se evitar que seja em caráter permanente. Considera impróprio  
17 tratarem de perseguição pessoal por meio de suposição e informa que se a punição  
18 causou dificuldades econômicas à família do servidor, a universidade poderia realizar  
19 alguma ação social, mas esse não pode ser um motivo para não aplicarem a sanção  
20 devida. Por todas essas razões, discorda do relator que a penalidade passou de uma  
21 advertência diretamente a uma suspensão de 90 dias, mas sim de uma proposta de  
22 demissão para a suspensão. Já a redução para 25 dias ficaria mais próxima da  
23 impunidade, assim sugere manterem o prazo original. Surgem manifestações favoráveis  
24 para que a discussão não induza ao julgamento da Comissão, mas defendem que se  
25 avalie a forma como o processo foi conduzido e a consistência das supostas provas. Há  
26 discordância também quanto ao rigor da penalidade aplicada, considerando-a  
27 demasiadamente severa e desproporcional aos fatos apurados. À ocasião, ressalta-se que  
28 o assunto não engloba apenas a sanção do servidor, mas o futuro das próximas  
29 comissões de apuração disciplinar, os critérios a serem utilizados e a questão da  
30 isonomia, haja vista que anteriormente foi aberto um processo contra um docente por  
31 subtração de patrimônio público, que não teve o mesmo desfecho. É concedida palavra  
32 ao servidor em questão, Leandro Chemalle, que informa que a progressão funcional  
33 ‘automática’ também integra sua reivindicação, pois foi avaliado nas semanas que  
34 antecederam a abertura do processo e foi reprovado por 0,2 pontos. Acredita que pelo  
35 fato deste Conselho ter aprovado os critérios de avaliação dos servidores técnico-  
36 administrativos, cabe julgar esse ocorrido. Menciona os prejuízos financeiros sofridos  
37 em função da progressão funcional e descontos em folha de pagamento que ultrapassam  
38 R\$ 13.000,00. Informa que foi colocado em disponibilidade pelo período de 2 anos e,  
39 apesar dessa condição, permanecia durante o horário comercial na UFABC. Relata  
40 ainda que na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde foi membro do  
41 Conselho Universitário, julgou cerca de 50 processos envolvendo servidores e  
42 discentes, cujas acusações não foram consideradas com tamanho zelo e não houve  
43 condenações quanto ao uso de bens da Instituição para fins particulares. Acrescenta que  
44 um membro da Comissão responsável pelo processo aberto em 2006, referente à





**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 retirada do *notebook* sem autorização, também participou da Comissão posterior e levou  
2 seu histórico pessoal do ocorrido, fato que considera relevante, pois acredita que  
3 implicou na neutralidade da avaliação. Conclui ressaltando a importância da  
4 admissibilidade da discussão desse tipo de recurso no Conselho máximo da  
5 universidade. Professor Waldman considera normal que no decorrer de uma  
6 investigação surjam novos fatos que necessitem de investigação e punição, conforme o  
7 caso. Concorde que deve haver isonomia e desconhece o processo mencionado  
8 envolvendo um docente, mas destaca que não foi informado que houve atitude desidiosa  
9 nesse caso, portanto, não se deve esperar a aplicação da mesma punição. Professor  
10 Caputi esclarece que esse exemplo foi citado em comparação à acusação inicial e  
11 professor Waldman reforça a gravidade da falta identificada pela Comissão, para qual a  
12 lei prescreve a demissão. Acrescenta que a desídia constitui uma permanente  
13 negligência com relação às funções, que se disseminada, pode implicar na eficácia da  
14 universidade, além de ofender os servidores que se dedicam e acabam sobrecarregados.  
15 Portanto, é importante que a UFABC não seja tolerante com esse tipo de  
16 comportamento. Quanto à progressão funcional, informa que se trata de processo  
17 distinto e não cabe análise neste momento. Não havendo mais inscritos, inicia a  
18 votação. A proposta do relator para redução da penalidade de 90 para 25 dias de  
19 suspensão recebe 7 votos favoráveis e a proposta da Reitoria de manter a suspensão de  
20 90 dias é aprovada com 10 votos favoráveis e registra-se 1 abstenção. **Expediente:**  
21 Minuta de Resolução que dispõe acerca das normas para escolha dos representantes  
22 externos no Conselho Universitário. A relatora, Soraya Cordeiro, explica que,  
23 atendendo a uma demanda do próprio Conselho, em razão da saída do professor Alaor  
24 Chaves, a Secretaria Geral providenciou a minuta de Resolução apresentada. Informa  
25 que foi realizado um levantamento em outras universidades, tanto federais quanto  
26 estaduais, a fim de se verificar qual o procedimento adotado por elas para escolha dos  
27 representantes externos. Tal estudo revelou que, de modo geral, a escolha fica a critério  
28 da Reitoria. Em discussão, alguns Conselheiros consideram que o parágrafo único do  
29 Art. 2º ‘*Pelo menos um dos representantes a que se refere o caput deve ser oriundo da*  
30 *área acadêmica*’ é desnecessário, uma vez que torna obrigatória a presença de um  
31 representante externo, necessariamente, vinculado à área acadêmica. Manifestam a  
32 preferência pela supressão do referido parágrafo, tendo em vista que isso não  
33 impossibilita a escolha, quando conveniente, de um representante com essas  
34 características. Desse modo, os requisitos seriam definidos a contento da universidade.  
35 Ao final, acorda-se que o assunto retornará na Ordem do Dia da próxima sessão, com os  
36 ajustes sugeridos. Minuta de Resolução que normatiza a autorização do afastamento do  
37 reitor da UFABC para o exterior. A relatora, Soraya Cordeiro, informa que o  
38 documento apresentado atende solicitação feita pelo Conselheiro professor Caputi  
39 quando, em sessões anteriores, solicitou que fosse atendido o disposto na Portaria 404  
40 de 23 de abril de 2009, emitida pelo Ministério da Educação (MEC) cujo Art. 8º reza:  
41 ‘*As instituições de educação superior mencionadas neste ato deverão regulamentar*  
42 *internamente a matéria de que trata esta Portaria, observados os princípios*  
43 *constitucionais e legais que regem a Administração Pública*’. Em discussão, houve  
44 manifestações por parte de diversos Conselheiros quanto à necessidade desse



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 documento. Há consenso para que, ao retornar na Ordem do Dia da próxima sessão, seja  
2 apresentado novo documento que normatize o que já acontece na prática atualmente, a  
3 saber, a aprovação *ad referendum* dos afastamentos do reitor ao exterior, quando não  
4 houver tempo hábil para serem submetidos nas sessões ordinárias e posterior  
5 homologação deste Conselho. Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica.  
6 Professor convidado, Jorge Tomioka, informa que o presente documento cumpre com o  
7 disposto no Art. 13 da Resolução ConsUni nº 46, de 15 de julho de 2010. Apresenta  
8 assim, a versão preliminar do Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica  
9 (NIT) que tem por objetivo geral apoiar a proteção dos projetos intelectuais gerados no  
10 âmbito da UFABC. Abre-se para discussão. Vários conselheiros se manifestaram acerca  
11 do documento e as seguintes sugestões foram apresentadas: a) no Art. 11, considerar  
12 como coordenador da divisão técnica os respectivos coordenadores e não o coordenador  
13 geral do NIT; b) incluir no Art. 3º, os coordenadores das divisões; c) supressão dos  
14 artigos 18 e 19; d) substituição do termo “resultados” no inciso II do Art. 1º para  
15 ‘...possíveis produtos de inovação...’; e) no inciso XII do Art. 1º, alterar ‘apoiar o  
16 técnico’ para ‘apoiar tecnicamente’; f) alterar a redação do inciso X do Art. 1º para  
17 ‘Identificar o potencial inovador de pesquisas e novas tecnologias desenvolvidas na  
18 UFABC’; g) alterar no inciso XI do Art. 1º, o termo ‘estabelecer’ por ‘promover’; h)  
19 sugestão para que os membros descritos no inciso II do Art. 3º sejam eleitos e não  
20 indicados; explicitar o inciso III do Art. 4º; i) no parágrafo 3º do Art. 5º, alterar  
21 ‘presença simples’ por ‘maioria simples’; j) supressão do parágrafo 4º do Art. 5º; k)  
22 possível supressão dos parágrafos 1º e 4º do Art. 6º; l) melhorar a redação do Art. 10,  
23 deixando no caput apenas a informação ‘o NIT PE composto pelas seguintes Divisões  
24 Técnicas’ e as demais informações, em parágrafo único; m) incluir ‘À’ no início do Art.  
25 13; n) revisão da redação do Art. 13, seguindo os moldes dos artigos 14 e 15; o)  
26 supressão do Art. 20; p) acrescentar um parágrafo único no Art. 1º, explicando o termo  
27 ‘criação’; p) supressão da menção de cargos de direção nesse documento; q) explicitar a  
28 composição da Coordenação Geral mencionada no Art. 2º e r) suprimir o parágrafo 1º  
29 do Art. 3º. Não havendo mais inscritos, o documento, com as sugestões, será apreciado  
30 na Ordem do Dia da próxima sessão. Discussões iniciais acerca da Política de  
31 Segurança da UFABC e instalação de catracas na entrada no campus universitário.  
32 Professor Waldman solicita ao professor Joel para discorrer brevemente sobre a  
33 instalação das catracas, já prevista no projeto original da UFABC. Antes da explanação  
34 do professor Joel, professora Itana solicita a palavra e esclarece que seu pedido é com  
35 relação à política de segurança e não somente política de acesso. Professor Joel explica  
36 que o projeto foi, inicialmente, aprovado por uma Comissão formada por 6 arquitetos  
37 urbanistas de referência nacional, atendendo aos conceitos do que se entende ser um  
38 *campus* de uma universidade pública e federal, com caráter urbano, muito próximo ao  
39 Centro do município. Explicou que fez parte desse conceito, a adoção de um *campus*  
40 permeável à comunidade interna e externa, mas ressaltou que o espaço interno dos  
41 edifícios deveria ser limitado à comunidade interna, o que justificou o uso das catracas.  
42 Coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. Passa a palavra para  
43 o professor Gaspar para discorrer sobre a perspectiva atual da colocação das catracas.  
44 Professor Gaspar, prefeito universitário, complementou que o controle de acesso de



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 03/2010

1 pessoas já é feito atualmente, de forma manual e que as catracas objetivam agilizar esse  
2 controle. Apresentou todas as vantagens desse procedimento, entre elas: controlar o  
3 acesso de pessoas no *campus*; eliminar a abordagem direta feita pelos vigilantes; evitar  
4 constrangimentos; reduzir furtos e minimizar custos operacionais e nesse ponto ressalta  
5 que com a implantação do controle de acesso no *campus* Santo André, haverá economia  
6 substancial de custos na contratação dos serviços de segurança patrimonial. Relata que  
7 os principais objetivos são: controlar o acesso de pessoas; não impedir a entrada nos  
8 edifícios e nem controlar a frequência dos alunos e servidores; armazenar dados que  
9 podem ser guardados conforme as necessidades da UFABC. Apresenta ainda a planta  
10 submetida ao Corpo de Bombeiros e o respectivo auto de vistoria (AVCB), afirmando  
11 que a segurança está totalmente de acordo com as normas da ABNT. Professora Itana  
12 comenta que quando o projeto foi aprovado, não havia a previsão do funcionamento de  
13 laboratórios no Bloco B e sim de residência estudantil. Professor Joel esclarece que,  
14 inicialmente, o projeto previa mesmo residência estudantil, mas após alterações e  
15 adequações, houve inclusão dos laboratórios de pesquisa, salas de aula e laboratórios  
16 didáticos e os documentos apresentados pelo professor Gaspar já contemplam todas as  
17 alterações. Em razão da falta de quórum, professor Waldman comunica que a sessão  
18 deverá ser encerrada e retomada no dia 3 de novembro de 2010. Como nenhum dos  
19 participantes desejasse fazer uso da palavra, o magnífico reitor agradeceu a presença de  
20 todos e encerrou a sessão às 18h21. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira  
21 Alves, Marcela dos Santos e Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo, assistentes em  
22 administração da Secretaria Geral, lavramos e assinamos a presente Ata, aprovada pelo  
23 magnífico reitor, professor doutor Helio Waldman, e pelos demais presentes à sessão.

Fabiane de Oliveira Alves  
Assistente em Administração

Marcela dos Santos  
Assistente em Administração

Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo  
Assistente em Administração

Eloísa Helena da Silva Quitério  
Secretária Geral

Helio Waldman  
Reitor